

ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

seguros auto
residência

Itaú

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

NOSSO DESEMPENHO

• Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram em 2021 R\$ 466,3 milhões, redução de R\$ 11,6 milhões ou 2,4% em relação ao ano anterior.

• Sinistralidade

A sinistralidade da Companhia em 2021 foi de 27,7%, aumento de 1,2 ponto percentual em relação ao ano anterior.

• Despesas administrativas

As despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre os prêmios ganhos foi de 24,3%, com aumento de 7,2 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

• Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou em 2021 R\$ 34,9 milhões, redução de R\$ 28,9 milhões, ou 45,3% em relação ao ano anterior.

• Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais, sobre prêmios ganhos), em 2021 foi de 85,9%, aumento de 7,9 pontos percentuais em relação ao ano anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2021 foi de 80,0%, aumento de 11,3 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Estas variações decorrem principalmente do aumento do índice de despesas administrativas.

• Lucro líquido e por ação

O lucro líquido totalizou em 2021 R\$ 60,7 milhões, redução de R\$ 45,5 milhões ou

42,8% em relação ao ano anterior. O lucro por ação foi de R\$ 0,73 em 2021 e R\$ 1,09 em 2020.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos do Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br>) e na edição de 28 de fevereiro de 2022 do jornal O Estado de São Paulo.

AMBIENTE ECONÔMICO

Na esteira dos imensos estímulos fiscais e monetários lançados ainda em 2020 em todo o planeta e do processo de vacinação em larga escala nas principais economias do planeta desde o início deste ano, 2021 termina exibindo uma das maiores taxas de expansão do PIB global das últimas décadas.

Uma consequência dessa rápida retomada da atividade, porém, foi a aceleração bastante forte da inflação. Seja em países desenvolvidos, seja em países emergentes, a alta dos preços de diversos bens e mesmo de serviços tem alcançado níveis pouco comuns ao longo dos últimos anos. Diante desse quadro, diversos bancos centrais ao

redor do mundo já iniciaram um processo de aperto das condições monetárias, enquanto que outros já sinalizaram que devem fazê-lo em breve.

O final deste ano tem sido marcado pela incerteza trazida pela variante ômicron, que pode gerar algum retrocesso ou atraso nesse processo de normalização da atividade global, até que novas vacinas sejam disponibilizadas.

Domesticamente, além desses fatores já mencionados que atingem a praticamente todos os países, tivemos alguns outros iminentemente locais que acentuaram o movimento de aceleração da inflação e exigiram uma resposta mais rápida e mais forte do Copom em termos de elevação da taxa básica de juros.

A necessidade de conter a deterioração do quadro inflacionário tem levado o Copom a aumentar substancialmente a taxa SELIC, o que deve se traduzir numa importante desaceleração do crescimento econômico ao longo de 2022. Outro fator que deve limitar o vigor da atividade econômica no próximo ano é o elevado grau de incerteza gerado pelas eleições presidenciais, levando os agentes econômicos a posturas mais cautelosas quanto às suas decisões de consumo e investimento em capital fixo.

A Companhia segue confiante na robustez de suas operações e bem posicionada para continuar sólida em sua trajetória de crescimento dos negócios e de entrega de resultados consistentes, através de iniciativas que permitirão dar continuidade ao aumento dos ganhos de eficiência operacional, avançar no processo de transformação digital e continuar aperfeiçoando os modelos de negócio para aproveitar as diversas oportunidades que o mercado oferece.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Prêmios emitidos.....	17	466.264	477.815
Variações das provisões técnicas de prêmios.....	18	8.271	(2.925)
Prêmios ganhos.....	17	474.535	474.890
Sinistros ocorridos.....	19	(131.680)	(126.056)
Custos de aquisição.....	20	(160.475)	(162.963)
Outras receitas e despesas operacionais.....	21	(19.446)	(20.139)
Resultado com resseguro.....	(1.500)	1.344	
Receita com resseguro.....		50	2.098
Despesa com resseguro.....		(1.490)	(754)
Outros resultados com resseguro.....		(60)	-
Despesas administrativas.....	22	(74.452)	(38.853)
Despesas com tributos.....	(21.574)	(22.395)	
Resultado financeiro.....	23	34.867	63.741
Resultado operacional.....	100.275	169.569	
Resultado antes dos impostos e participações	100.275	169.569	
Imposto de renda.....	9.2	(22.942)	(39.282)
Contribuição social.....	9.2	(16.130)	(24.553)
Participações sobre o lucro.....		(554)	449
Lucro líquido do exercício.....		60.649	106.183
Quantidade de ações.....		83.058	97.792
Lucro líquido por ação - R\$.....		0,73	1,09

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em milhares de reais)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício.....	60.649	106.183
Outros resultados abrangentes.....	42	579
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício.....		
Ganhos e perdas atuariais.....	70	965
Efeitos tributários.....	(28)	(386)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários.....	60.691	106.762

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em milhares de reais)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício.....	60.649	106.183
Ajustes para:		
Depreciações.....	-	5
Constituição/(reversão) de perdas por redução ao valor recuperável dos ativos.....	221	(393)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros - aplicações.....	66.667	107.062
Créditos das operações de seguros e resseguros.....	5.870	(1.662)
Ativos de resseguro.....	651	(1.056)
Créditos fiscais e previdenciários.....	21	75
Ativo fiscal diferido.....	(1.686)	3.838
Depósitos judiciais e fiscais.....	4.842	339
Despesas antecipadas.....	(241)	(1.083)
Custos de aquisição diferidos.....	2.642	(684)
Outros ativos.....	1.334	(1.037)
Impostos e contribuições.....	10.508	54.201
Outras contas a pagar.....	24.496	(11.004)
Débitos de operações com seguros e resseguros.....	(3.168)	(689)
Depósitos de terceiros.....	(1.036)	(1.200)
Provisões técnicas - seguros e resseguros.....	(11.405)	(136.840)
Provisões judiciais.....	267	(1.160)
Caixa consumido pelas operações		
Impostos sobre o lucro pagos.....	(31.333)	(31.406)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais.....	129.299	83.489
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado.....	-	(16)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento.....	-	(16)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e JCP.....	(89.400)	(85.939)
Aumento/(redução) de capital.....	(27.500)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(116.906)	(85.939)
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa.....	12.393	(2.466)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	20.987	23.453
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....	33.380	20.987

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

(CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações (revogada pela Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 3 de Janeiro de 2022).

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo Porto Seguro, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), foram divulgadas pela sua controladora Porto Seguro S.A. em 7 de fevereiro de 2022 e estão disponíveis no site da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br>).

2.2 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em milhares de reais)

	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Ativo			
Circulante	536.728	594.319	
Disponível.....	10.448	3.265	
Caixa e bancos.....	10.448	3.265	
Equivalentes de caixa.....	6	22.932	17.722
Aplicações.....	7.1	191.154	247.935
Créditos das operações com seguros e resseguros.....		214.227	220.318
Prêmios a receber.....	8	214.227	220.317
Operações com resseguradoras.....		-	1
Outros créditos operacionais.....		1.324	2.614
Ativos de resseguro - provisões técnicas.....	14.1	671	1.367
Títulos e créditos a receber.....		24.420	27.132
Títulos e créditos a receber.....		698	3.346
Créditos tributários e previdenciários.....	9.1	23.545	23.566
Outros créditos.....		177	220
Outros valores e bens.....		-	13
Bens à venda.....		-	13
Despesas antecipadas.....		1.786	1.545
Custos de aquisição diferidos.....	10	69.766	72.408
Seguros.....		69.766	72.408
Não circulante	170.345	180.682	
Realizável a longo prazo.....		170.345	180.682
Aplicações.....	7.2	138.960	148.846
Títulos e créditos a receber.....		31.340	31.836
Créditos tributários e previdenciários.....	9.1	11.896	10.210
Depósitos judiciais e fiscais.....		16.784	21.626
Outros créditos.....		2.660	-
Ativos de resseguro - provisões técnicas.....	14.1	45	-
Total do ativo.....		707.073	775.001
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	454.479	469.976	
Contas a pagar.....		69.319	64.249
Obrigações a pagar.....	11.1	39.141	11.191
Impostos e encargos sociais a recolher.....	11.2	18.071	19.880
Encargos trabalhistas.....		258	503
Impostos e contribuições.....		11.846	32.671
Outras contas a pagar.....		3	4
Débitos de operações com seguros e resseguros.....		69.201	72.369
Prêmios a restituir.....		137	271
Operações com resseguradoras.....		840	860
Corretores de seguros e resseguros.....	12	65.072	67.458
Outros débitos operacionais.....		3.152	3.780
Depósitos de terceiros.....	13	2.243	3.279
Provisões técnicas - seguros.....	14	313.716	330.079
Danos.....		313.716	330.079
Não circulante	125.637	121.242	
Contas a pagar.....		5.391	6.221
Obrigações a pagar.....	11.1	139	224
Tributos diferidos.....	9.1.2	5.252	5.997
Provisões técnicas - seguros.....	14	115.073	110.115
Danos.....		115.073	110.115
Outros débitos.....		5.173	4.906
Provisões judiciais.....	15	5.173	4.906
Patrimônio líquido	16	126.957	183.783
Capital social.....		92.500	89.000
Redução de capital social (em aprovação).....		-	31.000
Reservas de lucros.....		31.499	60.867
Ajustes de avaliação patrimonial.....		2.958	2.916
Total do passivo e patrimônio líquido.....		707.073	775.001

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Capital social	Aumento/(redução) de capital	Reservas de lucros	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2019.....		120.000		46.723	439	-	167.162
Pagamento de dividendos intermediários (ano anterior).....		-	-	(43.935)	-	-	(43.935)
Redução de capital:							
AGE de 7 de dezembro de 2020.....		(31.000)	31.000	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial.....		-	-	-	2.477	-	2.477
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	106.183	106.183
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal.....		-	-	5.309	-	(5.309)	-
Reservas estatutárias.....		-	-	52.770	-	(52.770)	-
JCP (R\$ 0,07 por ação).....		-	-	-	-	(6.987)	(6.987)
Dividendos mínimos e intermediários (R\$ 0,42 por ação).....		-	-	-	-	(41.117)	(41.117)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020.....		89.000	31.000	60.867	2.916	-	183.783
Pagamento de dividendos intermediários (ano anterior).....		-	-	(47.717)	-	-	(47.717)
Aumento/(redução) de capital:							
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 548.....	16 a	3.500	-	-	-	-	3.500
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 7.....	16 a	-	(31.000)	-	-	-	(31.000)
Reconhecimento pagamento em ações.....		-	-	167	-	-	167
Ajustes de avaliação patrimonial.....	16 b	-	-	-	42	-	42
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	60.649	60.649
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal.....	16 c	-	-	3.032	-	(3.032)	-
Reservas estatutárias.....	16 c	-	-	15.150	-	(15.150)	-
JCP (R\$ 0,06 por ação).....	16 d	-	-	-	-	(5.184)	(5.184)
Dividendos mínimos e intermediários (R\$ 0,45 por ação).....	16 d	-	-	-	-	(37.283)	(37.283)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021.....		92.500	31.499	60.867	2.958</		

ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



seguros auto
residência

Itaú

★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e classificação

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - títulos para negociação

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) Títulos disponíveis para venda

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) Mantidos até o vencimento

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais. Esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) Empréstimos e recebíveis (clientes)

Incluem-se nesta categoria os recebíveis (prêmios a receber de segurados) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.5.1).

(b) Determinação de valor justo de ativos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

- **Nível 1:** preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- **Nível 2:** classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- **Nível 3:** ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.5 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

2.5.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

2.5.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA E MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda mantido até o vencimento está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado, quando aplicável.

2.6 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação. Adicionalmente, os bens salvados que não estejam disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

2.7 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

2.8 CONTRATOS DE SEGURO E CONTRATOS DE INVESTIMENTO - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

Na data de balanço, não foram identificados contratos classificados como contratos de investimentos.

2.9 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

2.9.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos as despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

2.9.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

Em cada data de balanço é elaborado o TAP (ou "Liability Adequacy Test" - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Esse teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo), conforme critérios do CPC 11 e da SUSEP.

Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas atualizadas. Para os ramos de risco decorrido, são levados em consideração os prêmios ganhos observados para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios no período subsequente à data-base de cálculo.

Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades ou características de risco. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, registra-se a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo/complementando a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Alguns contratos permitem o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). Fica resguardado, também, o direito contratual de se buscar ressarcimentos de terceiros, como sub-rogação de direitos para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos. Consequentemente, estimativas de recuperações são incluídas como um redutor na avaliação e, consequentemente, na execução do TAP. Foi publicada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em janeiro de 2022, nova metodologia de estimativa das estruturas a termo das taxas de juros livres de risco (ETTJ) para as curvas: Prefixada, Cupom de IGP-M, Cupom de TR e Cupom Cambial (dólar). O primeiro semestre de 2022 ainda será um período de transição e adoção definitiva por esta Companhia até junho de 2022, conforme previsto nas orientações da referida autarquia.

2.10 PROVISÕES JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

2.11 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

2.11.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.9.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

2.11.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

2.12 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

2.13 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras foi constituída à alíquota de 20% a partir de julho de 2021, tendo em vista a majoração da CSLL pela Lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) de 15% para 20% sobre o lucro das empresas de seguros (vide nota explicativa nº 9.2).

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos riscos de continuidade de seus negócios, uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em um mercado em expansão no país, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação; (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial.

3.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia. O valor total dos passivos de contratos de seguro, em 31 de dezembro de 2021, era de R\$ 428.789.

3.2 CÁLCULO DO VALOR JUSTO E DE "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito no item 2.5.1.

O valor total dos ativos financeiros (incluindo caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e prêmios a receber de segurados), em 31 de dezembro de 2021, era de R\$ 578.103 para os quais existem R\$ 382 de provisão para risco de crédito.

4. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos.

A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o gerenciamento de riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promovem o acultamento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos.

Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital disponível. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Companhia possui a área de Gestão de Riscos Corporativos cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.

Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem como objetivo fornecer subsídios e informações a alta Administração em assuntos referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos.

Vale destacar que em decorrência da pandemia do COVID-19, uma série de ações e iniciativas foi estabelecida pela Alta Administração da Porto Seguro, com o objetivo de confrontar as incertezas e desafios inerentes ao cenário atual, incluindo entre outras, o estabelecimento do Comitê de Crise, o acompanhamento diário dos principais indicadores de negócio e operações, assim como a elaboração de cenários de impacto em resultado, liquidez e solvência.

A gestão de riscos financeiros, de seguros e operacionais compreende as seguintes categorias:

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

- (a) **Portfólio de investimentos:** para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.

- (b) **Inadimplência nos prêmios a receber:** é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 8.1.1.

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há a definição de caixa mínimo a ser mantido em relação às projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação às projeções dos fluxos de caixa e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento.....	35.223	321	37.623	381
Fluxo de 0 a 30 dias	47.920	87.038	54.503	52.772
Fluxo de 2 a 6 meses	138.640	106.981	124.652	130.527
Fluxo de 7 a 12 meses	52.115	58.557	55.245	60.929
Fluxo acima de 1 ano	354.396	88.594	396.448	104.714
Total	628.294	341.491	668.471	349.323

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações e prêmios a receber.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas



ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

seguros auto
residência

Itaú

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

as oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Pós-fixados (SELIC/CDI)	47,7%	58,2%
Infração (IPCA/IGPM)	39,4%	36,1%
Prefixados	5,6%	0,9%
Ações	4,1%	2,8%
Outros	3,2%	2,0%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. São realizados acompanhamento complementares, como análises de sensibilidade e as ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de "stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2021, nos termos da Instrução CVM nº 02/2020 e posteriores:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
	+ 50 b.p.	(16.080)
	+ 25 b.p.	(8.646)
Juros pré-fixados	+ 10 b.p.	(3.996)
	+ 10 b.p.	3.996
	- 25 b.p.	8.646
	- 50 b.p.	16.080
	+ 50 b.p.	(8.693)
	+ 25 b.p.	(4.454)
Índices de preços	+ 10 b.p.	(1.808)
	+ 10 b.p.	1.808
	- 25 b.p.	4.454
	- 50 b.p.	8.693
	+ 50 b.p.	(678)
	+ 25 b.p.	(565)
Juros pós-fixados	+ 10 b.p.	(452)
	- 10 b.p.	452
	- 25 b.p.	565
	- 50 b.p.	678
	+ 34%	300
Ações	+ 17%	150
	+ 9%	75

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário provável de "stress" para cada fator de risco, disponibilizados pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

4.4 RISCO DE SEGURO/ SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia atualmente emite seguros de danos. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) **Risco de prêmio:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) **Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 2.9.2).

(c) **Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) **Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Diretoria Técnica para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos.

Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.

- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.

- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 2.9.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências.

4.4.1 DANOS - RESIDÊNCIAS

A principal medida de mitigação é a inspeção prévia dos locais segurados.

A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de seguro por região:

Localidade	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Região Sudeste	77,4%	76,7%
Região Sul	11,7%	12,8%
Região Nordeste	4,8%	4,2%
Região Centro-Oeste	4,9%	5,0%
Região Norte	1,2%	1,3%

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidos de efeitos tributários:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Premissas Atuariais		
Despesas administrativas - aumento de 30 p.p.	20.676	6.882
Sinistros - aumento de 50,0%	68.135	52.716

4.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio.

A Companhia possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital. Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas na nota explicativa nº 17 (d).

6. EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa incluem operações compromissadas lastreadas principalmente, em Notas do Tesouro Nacional (NTNs) e Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) com vencimentos em até 3 meses. Contempla ajustes diários de instrumentos financeiros derivativos futuros.

7. APLICAÇÕES

7.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

	Dezembro de 2021			Dezembro de 2020		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos Exclusivos						
LFTs	157.644	-	157.644	221.535	-	221.535
Ações de companhias abertas	14.578	-	14.578	11.745	-	11.745
Cotas de fundos	10.198	-	10.198	8.156	-	8.156
Debêntures	-	3.125	3.125	-	3.373	3.373
Outros	-	5.609	5.609	-	3.126	3.126
Total	182.420	8.734	191.154	241.436	6.499	247.935
Total - circulante	182.420	8.734	191.154	241.436	6.499	247.935

Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:

	58%	62%
(*) Os títulos para negociação da Companhia são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos e exclusivos e letras financeiras de títulos do tesouro, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.		

7.2 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Fundos exclusivos		
NTNs - B	138.960	148.846
Total - não circulante (*)	138.960	148.846

Percentual das aplicações classificadas nesta categoria: 42% / 38%

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 129.799 (R\$ 152.430 em 31 de dezembro de 2020).

7.3 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	414.503	517.903
Aplicações	245.298	380.884
Resgates	(331.549)	(528.552)
Rendimentos	24.794	44.268
Saldo final	353.046	414.503

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, títulos disponíveis para venda e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

7.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Equivalentes de caixa (*)	9,13	1,88
Fundos exclusivos		
NTNs - B - IPCA	2,74	2,28
LFTs (SELIC + ágio/deságio)	0,18	0,07

(*) Vide nota explicativa nº 6.

8. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

8.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável - líquido
Patrimonial	214.599	(374)	214.225	220.468
Automóvel	10	(8)	2	10
Total	214.609	(382)	214.227	220.478

8.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AO PRAZO DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
A vencer	212.470	218.541
Vencidos de 1 a 30 dias	1.424	1.502
Vencidos de 31 a 60 dias	227	232
Vencidos de 61 a 120 dias	126	30
Vencidos acima de 120 dias	362	173
Total	214.609	220.478
Redução ao valor recuperável	(382)	(161)
Total	214.227	220.317

8.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	220.317	218.258
Prêmios emitidos	530.596	541.861
Prêmios cancelados	58.864	(56.657)
Adicional de fracionamento	55.120	55.759
IOF	44.651	39.600
Recebimentos	(695.100)	(578.897)
Redução ao valor recuperável	(221)	393
Saldo final	214.227	220.317

8.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	161	554
Provisões constituídas	221	92
Reversões	-	(485)
Saldo final	382	161

8.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
	1 a 5	7,5%	6,7%
Patrimonial	6 a 11	1,8%	1,6%
	12	90,7%	91,8%

9. TRIBUTOS

9.1 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		
Imposto de renda	12.303	12.324
Imposto de renda e contribuição social diferidos (*)	11.896	10.210
Contribuição social	8.901	8.901
Outros	2.341	2.341
Total	35.441	33.776

(*) Vide nota explicativa nº 9.1.1.

9.1.1 TRIBUTOS DIFERIDOS - ATIVO

	Dezembro de 2020	Constituição	Reversão	Dezembro de 2021
Diferenças temporárias decorrentes de:				
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	8.468	1.739	(2.007)	8.200
Provisão de participação nos lucros	571	290	(732)	129
Outras provisões	1.171	4.566	(2.170)	3.567
Total	10.210	6.595	(4.909)	11.896

9.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2022	9.904
2023	1.573
2024	389
Após 2024	30
Total - ativo	11.896

Valor presente (*) 11.150

(*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia dezembro de 2021, líquida dos efeitos tributários.

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigorará em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

9.1.3 TRIBUTOS DIFERIDOS - PASSIVO

	Dezembro de 2020	Constituição	Reversão	Dezembro de 2021
Natureza				
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS	3.386	685	(792)	3.279
IR e CS outros	2.611	28	(666)	1.973
Total	5.997	713	(1.458)	5.252

9.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	100.275	169.569
(-) Participações nos resultados	(554)	449
Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A)	99.721	170.018
Alíquota vigente (i)	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	(39.888)	(68.007)
Juros sobre capital próprio	2.074	2.795
Incentivos fiscais	968	1.515
Inovação tecnológica (ii)	666	-
Majoração alíquota CSLL (i)	(1.818)	-
Outros	(1.074)	(138)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	816	4.172
Total de imposto de renda e contribuição social (D= B + C)	(39.072)	(63.835)
Taxa efetiva (D/-A)	39,2%	37,5%

(i) A alíquota vigente até 30 de junho de

ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



seguros auto residência
Itaú

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se a comissões a pagar aos corretores.
13. DEPÓSITOS DE TERCEIROS
Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento.

	De 1 a 30 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios.....	2.243	2.243
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.243	2.243
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.279	3.279

14. PROVISÕES TÉCNICAS - DANOS

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Bruto de Líquido de resseguro	resseguro	Bruto de Líquido de resseguro	resseguro
Provisão de prêmios não ganhos.....	241.703	240.987	249.973	248.606
Provisão de sinistros a liquidar.....	168.914	168.914	182.458	182.458
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados.....	7.435	7.435	3.151	3.151
Demais provisões.....	10.737	10.737	4.612	4.612
	428.789	428.073	440.194	438.827
Circulante.....	313.716	330.079		
Não circulante.....	115.073	110.115		

Como conclusão do TAP realizado nas datas-bases de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não foram encontradas insuficiências em nenhum dos produtos da Companhia (vide nota explicativa 2.9.2).

14.1 MOVIMENTAÇÃO DOS PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVOS DE RESSEGUROS

	Passivos de contratos de seguro		Ativos de contratos de resseguros	
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....		577.034		311
Constituições decorrentes de prêmios.....		478.676		1.810
Amortização pelo risco decorrido.....		(549.664)		3.442
Aviso de sinistros.....		142.680		(2.098)
Pagamento de sinistros.....		(127.749)		(2.098)
Atualização monetária e juros.....		34.222		–
Outras (constituição/reversão) (*).....		(115.005)		–
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....		440.194		1.367
Constituições decorrentes de prêmios.....		466.277		957
Amortização pelo risco decorrido.....		(540.900)		(1.552)
Aviso de sinistros.....		147.607		(50)
Pagamento de sinistros.....		(118.716)		(6)
Atualização monetária e juros.....		34.327		–
Saldo em 31 de dezembro de 2021.....		428.789		716

(*) A circular SUSEP 596/20 dispõe sobre a criação de contas para o registro contábil da operação do Consórcio DPVAT nas empresas consorciadas, que até dezembro de 2019, eram tratados como cosseguro e a partir de 1 de janeiro de 2020, o registro das operações do Consórcio DPVAT passou a ser reconhecido pelo resultado líquido.

14.2 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Total das provisões técnicas (A).....	428.789	440.194
Direitos creditórios (i).....	194.528	201.088
Custos de aquisição diferidos pagos.....	13.105	13.929
Outros.....	4.254	–
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B).....	211.887	215.017
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B).....	216.902	225.177
Necessidade de ativos líquidos (ii) (D).....	–	20.278
Cotas de fundos de investimento.....	240.383	259.479
Garantias das provisões técnicas (E).....	240.383	259.479
Excedente (E - C - D).....	23.481	14.024

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.
(ii) A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021 revogou a necessidade das supervisionadas da SUSEP de apresentarem ativos líquidos superiores a 20% do Capital de Risco.

14.3 COMPORTAMENTO DE PROVISÕES

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões para sinistros brutas de resseguro da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

	Dezembro									
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
Montante estimado de sinistro no ano do aviso.....	356,6	291,1	251,9	274,5	209,6	222,3	208,6	185,6	176,3	–
Um ano mais tarde.....	396,8	359,1	293,5	305,9	204,3	210,0	175,1	140,1	–	–
Dois anos mais tarde.....	439,7	383,2	316,7	335,7	221,7	288,0	172,6	–	–	–
Três anos mais tarde.....	460,3	401,3	342,2	350,8	242,1	287,3	–	–	–	–
Quatro anos mais tarde.....	475,2	422,7	357,8	371,0	239,2	–	–	–	–	–
Cinco anos mais tarde.....	491,9	438,1	378,9	367,6	–	–	–	–	–	–
Seis anos mais tarde.....	507,2	459,3	377,3	–	–	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde.....	527,3	459,3	–	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde.....	528,8	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente.....	528,8	459,3	377,3	367,6	239,2	287,3	172,6	140,1	176,3	–
Pagamentos acumulados até a data-base.....	(445,3)	(366,0)	(272,6)	(250,5)	(113,5)	(152,5)	(34,5)	(1,4)	–	–
Total.....	14,3	9,8	11,4	12,4	8,6	9,1	3,3	0,6	176,3	–
PSL e IBNR reconhecidas no balanço.....	–	–	–	–	–	–	–	–	–	176,3

14.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial.....	134.036	132.188
Pagamentos.....	(30.950)	(41.407)
Constituições.....	22.758	35.058
Baixas da provisão por êxito.....	(4.570)	(7.942)
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades.....	(4.852)	(6.765)
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (*).....	22.010	22.904
Saldo final.....	138.432	134.036
Quantidade de processos.....	2.946	3.524

(*) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

15. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de naturezas tributária, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião do departamento jurídico e de seus consultores externos. Contudo existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final destas saídas. Essas provisões estão registradas no valor de R\$ 5.173 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 4.906 em 31 de dezembro de 2020).

Adicionalmente, existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, referente a ações tributária, trabalhista e cível, para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, não há constituição de provisão (perda possível). As principais referem-se à: (i) questionamento através de atuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R\$ 66.449 (R\$ 44.189 de possível impacto no lucro líquido) e (ii) discussão do INSS sobre programa de alimentação do trabalhador, com risco total estimado em R\$ 26.074 (R\$ 20.107 de possível impacto no lucro líquido).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) **Capital social**
Em 31 de dezembro de 2021 o capital social autorizado, subscrito e integralizado era de R\$ 92.500, dividido em 83.057.691 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.
A Portaria SUSEP/CGRAJ nº 7, de 21 de janeiro de 2021 aprovou a redução de capital no montante de R\$ 31.000.
A Portaria SUSEP/CGRAJ nº 548, de 20 de dezembro de 2021 aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 3.500.

(b) **Ajustes de avaliação patrimonial**
Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se aos valores reconhecidos, de ganhos e perdas atuariais, relacionados ao CPC 33 - Benefícios a empregados.

(c) **Reservas de lucros**

(i) **Reserva legal**
A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021, seu saldo era de R\$ 16.181 (R\$ 13.149 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) **Reservas estatutárias**
Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinada a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, seu saldo era de R\$ 15.151 (R\$ 47.717 em 31 de dezembro de 2020).

(d) **Dividendos e juros sobre o capital próprio**

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.
A Ata de Reunião de Diretoria da Companhia de 5 de fevereiro de 2021 aprovou a distribuição de R\$ 50.000 de dividendos intermediários, sendo R\$ 47.717 à conta de reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e R\$ 2.283 que será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios deste exercício.

A Administração da Companhia aprovou, nas reuniões de diretoria, realizadas em 29 de julho de 2021 e 29 de outubro de 2021, a distribuição a seus acionistas de JCP no valor de R\$ 4.406 (R\$ 5.939 em dezembro de 2020), líquidos de imposto de renda, pagos na mesma data de aprovação. Em complemento, a Ata da Reunião da Diretoria realizada em 30 de julho de 2021 deliberou a distribuição de dividendos intermediários a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios deste exercício no montante de R\$ 35.000.
Os dividendos mínimos foram calculados como se segue:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício.....	60.649	106.183
(-) Reserva legal.....	(3.032)	(5.309)
Lucro básico para determinação do dividendo.....	57.617	100.874
Dividendos mínimos obrigatórios (25%).....	14.404	25.219
Dividendos intermediários.....	37.283	41.117
Dividendos mínimos - JCP (*).....	4.406	5.939
Total de dividendos e JCP.....	41.689	47.056
Total por ação (R\$).....	0,50193	0,48118

(*) Em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 5.184 destacado na DMPL, está incluso R\$ 778, referente ao imposto de renda retido na fonte (15%) sobre JCP.

(e) **Demonstração do patrimônio líquido ajustado (PLA) e capital mínimo requerido (CMR) (*)**

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Patrimônio líquido.....	126.957	126.957
(+/-) Ajustes contábeis.....	(1.786)	(1.786)
Despesas antecipadas.....	(1.786)	(1.786)
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos.....	44.720	44.720
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento.....	(5.038)	(5.038)
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas.....	49.758	49.758
PLA de nível 1.....	108.236	108.236
PLA de nível 2.....	49.758	49.758
PLA de nível 3.....	11.896	11.896
(-) Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3.....	(11.328)	(11.328)
Patrimônio líquido ajustado (PLA).....	158.562	158.562
Capital base (I).....	15.000	15.000
Capital de risco (II).....	100.653	100.653
Capital de risco de subscrição.....	89.144	89.144
Capital de risco de mercado.....	11.081	11.081
Capital de risco de crédito.....	9.041	9.041
Capital de risco operacional.....	3.179	3.179
Efeito da correlação entre os capitais de risco.....	(11.792)	(11.792)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II).....	100.653	100.653
Suficiência de capital.....	57.909	57.909

(*) A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, determinou a demonstração do PLA segregado em 3 (três) níveis de qualidade, respeitados os limites regulatórios para utilização de cada nível na cobertura do CMR.

17. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Compreensivo residencial.....	466.264	474.535
Prêmios emitidos.....	466.264	474.535
Prêmios ganhos.....	474.535	474.535
Sinistra-lidade (%).....	27,7	27,7
Comissiona-mento (%).....	33,8	33,8
Compreensivo residencial.....	478.992	475.954
Prêmios emitidos.....	478.992	475.954
Prêmios ganhos.....	475.954	475.954
Sinistra-lidade (%).....	25,8	25,8
Comissiona-mento (%).....	34,1	34,1
Automóveis (*).....	(914)	(842)
Demais - automóveis (*).....	(263)	(222)
	477.815	474.890
	26,5	34,3

(*) Companhia realizou a migração das emissões de seguros de automóveis para companhia Porto Seguro Cia de Seguros Gerais (empresa também controlada pela Porto Seguro S.A). Com essa migração, deixaram de ser comercializados apólices da carteira auto e os movimentos realizados em 2020 referem-se a cancelamentos de apólices emitidas antes do processo de migração.

18. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Bruto de Líquido de resseguro.....	8.271	8.924
Líquido de resseguro.....	8.271	8.924
Bruto de Líquido de resseguro.....	(2.925)	(3.983)
Líquido de resseguro.....	(2.925)	(3.983)

19. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Sinistros avisados - adm.....	(67.557)	(76.585)
Assistências.....	(41.555)	(44.651)
Sinistros avisados - jud.....	(14.698)	(20.352)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados.....	(9.118)	19.304
Salvados e ressarcimentos.....	15.857	12.122
Outras despesas com sinistros.....	(14.609)	(15.894)
	(131.680)	(126.056)

20. CUSTO DE AQUISIÇÃO (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Comissões sobre prêmios retidos.....	(135.961)	(140.268)
Outras recuperações de despesas de comercialização.....	(21.872)	(23.378)
Variação das despesas de comercialização diferidas.....	(2.642)	683
	(160.475)	(162.963)

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 10) e as despesas de comercialização não diferidas.

21. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Assistência.....	(9.375)	(9.957)
Cobrança.....	(6.051)	(5.996)
Benefícios e cortesias para clientes.....	(1.957)	(1.909)
Administração de apólices e contratos.....	(335)	(18)
Outras.....	(1.728)	(2.259)
	(19.446)	(20.139)

22. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas compartilhadas (*).....	(39.734)	(10.649)
Pessoal e benefícios pós-emprego.....	(19.467)	(7.346)
Serviços de terceiros.....	(9.655)	(14.780)
Local		

ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

seguros **auto**
residência
Itaú

continuação

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
Diretor PresidenteMARCELO BARROSO PIKANÇO
Diretor Vice-Presidente - SegurosCELSON DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro,
Controladoria e InvestimentosLENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Vice-Presidente - Corporativo
e InstitucionalJOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
Diretor Vice-Presidente -
Comercial e MarketingMARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Vice-Presidente - Negócios
Financeiros e ServiçosJAIME SOARES BATISTA
Diretor de Produto - AutomóvelMARCELO SEBASTIÃO DA SILVA
Diretor de ServiçosFABIO OHARA MORITA
Diretor TécnicoJARBAS DE MEDEIROS BACIANO
Diretor de Produto - ResidênciaADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e RiscosRAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de ControladoriaTIAGO VIOLIN
Diretor FinanceiroCAROLINA HELENA ZWARG
Diretora de Recursos Humanos

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração das provisões técnicas de contratos de seguros (PSL, IBNR e IBNeR - Notas 2.9 e 15)

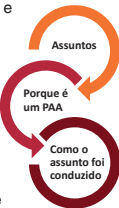
A Companhia possui obrigações decorrentes de seus contratos de seguros que estão registrados na rubrica "Provisões Técnicas - Seguros" nas demonstrações financeiras, com destaque para: (i) sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR), (ii) sinistros ocorridos e não avisados (IBNeR) e (iii) sinistros a liquidar (PSL). A determinação dos valores dessas provisões técnicas de contratos de seguros envolve julgamento da administração na elaboração de metodologias e premissas para mensuração do desenvolvimento de sinistros incorridos e de prêmios emitidos. A Companhia deve detalhar a metodologia e as premissas consideradas no cálculo das provisões técnicas em Nota Técnica Atuarial. Em nossa auditoria, consideramos essa uma área de foco pelo nível de subjetividade das premissas e relevância dessas provisões nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento do desenho dos controles relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, avaliação e aprovação das premissas e cálculos das provisões técnicas de contratos de seguros da Companhia.

Efetuamos também, a reconciliação dos registros de sinistros, utilizados nos cálculos das provisões técnicas, com os saldos contábeis, testes documentais das contas de sinistros ocorridos, sinistros pendentes a liquidar, judiciais e administrativos, com o objetivo de comprovar a existência, ocorrência, bem como o respectivo valor contabilizado da amostra selecionada.

Adicionalmente, com o apoio de nossos especialistas, efetuamos procedimentos para observar a consistência das metodologias de cálculo e suas correspondentes implementações de acordo com as notas técnicas atuariais, bem como a razoabilidade das principais premissas atuariais de sinistros incorridos consideradas pela administração na mensuração dos cálculos das provisões técnicas, com destaque para o IBNR, IBNeR e PSL. Também, realizamos testes de consistência históricos, bem como recálculo independente do IBNR e do IBNeR.

Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas, bem como os controles de aprovação das notas técnicas atuariais e os cálculos são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.



Ambiente de Tecnologia da Informação

A Companhia é dependente de tecnologia da informação, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos o entendimento do ambiente de Tecnologia da Informação e a avaliação, por meio de uma combinação de testes de controles relevantes e testes documentais, com o objetivo de observar a implementação e a efetividade operacional dos controles relativos à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operações de aplicativos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras da Companhia.

Os procedimentos de auditoria aplicados no ambiente de controles de Tecnologia da Informação resultaram em evidências que foram consideradas adequadas para a determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria, e considerados que os processos e controles desse ambiente proporcionaram uma base satisfatória para ser utilizada no resultado de nossa auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Os riscos inerentes relacionados aos processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, consideramos uma área de foco em nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção de Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva

Contador CRC 1SP197007/O-2

Aos Administradores e Acionistas

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção de Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial,

com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo - SP - Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti

MIBA 2147



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadoin.estadao.com.br/publicacoes/>